

EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DA ANPED ENTRE OS ANOS DE 2003 A 2009

Suelma Sousa Santos Soares

Graduanda em Pedagogia – Bolsista de Iniciação Científica – UESB

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Joanne Oliveira Dias

Graduanda em Pedagogia – Bolsista de Iniciação Científica – FAPESB

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

José Valdir Jesus de Santana

Doutor em Antropologia Social

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo

Este trabalho teve por objetivo analisar a produção científica do Grupo de Trabalho sobre “Educação e Relações Étnico-raciais” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, entre os anos de 2003 a 2009, especialmente a produção voltada para educação das relações étnicorraciais no contexto da educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental. Utilizamos-nos dos aportes teóricos de Abramowicz e Oliveira (2006, 2012), Fazzi (2006), Cavalleiro (2001, 2014), dentre outros. Nas pesquisas aqui analisadas, vimos que a produção acadêmica do GT 21 da ANPED ainda continua pouco expressiva, diante do total de pesquisas que têm sido apresentadas e divulgadas no referido GT. Vimos que dos 78 trabalhos publicados no GT 21, entre 2003 e 2009, somente 9 trabalhos fazem referência às relações raciais entre crianças da educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental. Todavia, esses trabalhos não privilegiam o ponto de vista das crianças em torno das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Anped; Crianças; educação; Relações raciais

Introdução

Este trabalho teve por objetivo analisar a produção científica do Grupo de Trabalho sobre “Educação e Relações Étnicorraciais” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, entre os anos de 2003 a 2013, especialmente a produção voltada para educação das relações étnicorraciais no contexto da educação infantil. Criado oficialmente na 24ª Reunião Anual da Associação, em 2001, com o nome Grupo de Estudos Afro-Brasileiros e Educação, a partir de 2009, torna-se Grupo de Trabalho sobre Educação e Relações Étnicorraciais; este GT têm sido um espaço de discussão importante em torno das questões étnicorraciais. Esta pesquisa, portanto, de caráter bibliográfico/documental, pretende demonstrar o estado da arte, em torno das relações

étnicorraciais no contexto da educação infantil, como já referido, avaliando os trabalhos que têm sido publicados no referido GT.

O período que pretendemos avaliar corresponde aos 7 (sete) primeiros anos de implantação da Lei 10.639/03, ou seja, entre 2003 e 2009. Ademais, nosso interesse foi avaliar, somente, os trabalhos publicados na forma de comunicação oral. No período que compreende 2003 a 2009, foram publicados 78 trabalhos. Dos 9 trabalhos publicados em 2003, somente 1 faz referência a relações raciais entre crianças; todavia, este trabalho não se volta a analisar às relações raciais no contexto da educação infantil. Em 2004, foram publicados 9¹ trabalhos, dos quais somente 2 (dois) fazem referência às relações raciais com crianças. Em 2005, dos 22² trabalhos publicados, apenas 2 pesquisas têm a temática racismo nos primeiros anos do ensino fundamental; no ano de 2006 foram publicados 11 trabalhos; desses, somente 1 faz referência a criança, mas com o foco no trabalho rural infantil. Nenhum trabalho relacionado a esta temática foi publicado no ano de 2007, do total de 06 trabalhos. Em 2008, dos 11 trabalhos publicados, apenas 2 apresentam a criança negra como objeto de pesquisa. No ano de 2009, dos 9 trabalhos publicados, apenas 1 faz referência à infância.

Cabe ressaltar que este trabalho faz parte de uma pesquisa maior, coordenada pelo professor Dr. José Valdir Jesus de Santana, intitulada “*Do ponto de vista das crianças: educação e relações étnico-raciais em escolas públicas do município de Itapetinga-BA*”, da qual fazemos parte como bolsistas de Iniciação Científica.

Fundamentação teórica

O racismo tem estruturado as relações sociais no Brasil, como já demonstrado por Munanga (2008), Telles (2003) e Schwarcz (2012), dentre outros. As determinações referidas à construção de políticas educacionais voltadas para a Educação das Relações Étnicorraciais surgem em virtude da ação do Movimento Negro Unificado que, desde as décadas de 1970, mas sobretudo a partir da década de 1980, entende que a educação é um elemento chave para a construção de uma sociedade mais democrática e respeitosa da condição do negro em nossa sociedade, posto que, historicamente, a essa população foi negado o acesso a determinados bens sociais, a exemplo de saúde, educação, moradia, etc.

¹ Dos nove trabalhos que aparecem publicados no site da ANPED, no ano de 2004, só tivemos acesso a oito trabalhos, posto que o trabalho intitulado “Rompendo o silêncio com o método sociopoético: a desnaturalização do preconceito racial na escola”, não estava disponível para fazer download.

² Dos 22 trabalhos que aparecem publicados no site da ANPED, no ano de 2005, só tivemos acesso a 21 trabalhos, posto que o trabalho intitulado “Cinco discursos sobre as relações étnico-raciais no Brasil”, não estava disponível para fazer download.

Diante de tamanha necessidade social, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou, em 2003, a Lei 10.639³, que institui a obrigatoriedade, ao longo de toda a Educação Básica, do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos estabelecimentos de ensino públicos e privados de todo o país. Em 2004, foram lançadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004).

Tomando como eixo norteador para essas políticas educacionais as especificações relevantes das Diretrizes Curriculares Nacionais, pode-se afirmar que há um conjunto de demandas e de ações elaboradas estrategicamente para reparar e ressarcir todos os danos sofridos por uma população excluída, vitimizada, menosprezada e muitas vezes vista com indiferença e sem valor para a sociedade, neste caso, as populações afro-brasileiras e indígenas deste país, daí a promulgação da Lei 10.639/03.

Outros estudiosos das relações raciais têm trazidos reflexões importantes acerca da necessidade, no contexto atual, de se construir uma educação para as relações étnicorraciais ou educação antirracista, a exemplo de Munanga (2005, 2008), Cavalleiro (2001, 2014), Silva (2010, 2015), Abramowicz, Oliveira e Rodrigues(2010).

O que nos parece importante é a necessidade de compreendermos, como já salientara Gomes (1996), a teia de relações que se estabelece dentro da escola, a partir do reconhecimento de que esta, como instituição social, é construída por sujeitos socioculturais e, conseqüentemente, é um espaço de diversidade étnico-cultural. Tal reconhecimento exige de nós educadores e educadoras uma postura política e pedagógica eticamente orientada. Se na escola, no currículo e na sala de aula convivem de maneira tensa valores, ideologias, símbolos, interpretações, vivências e preconceitos, a introdução da Lei 10.639/03 – “não como mais disciplinas e novos conteúdos, mas como uma mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico – poderá romper com o silêncio e desvelar esse e outros rituais pedagógicos a favor da discriminação racial” (GOMES, 2012b, p. 105).

A criança negra não encontra na escola modelos de estética que afirmem (ou legitimem) a cor de sua pele de forma positiva; a cultura negra tem sido silenciada na escola; os processos de branquitude e branqueamento agem de forma perversa em relação às crianças negras. Estudos têm

³ Alterada pela Lei 11.645 de 2008 que, para além do que já havia determinado a Lei 10.639, tornou-se obrigatório o ensino das histórias e culturas dos povos indígenas.

mostrado que os alunos negros enfrentam dificuldades para permanecerem na escola, sendo os que mais apresentam as maiores taxas de evasão e repetência (ABRAMOWICZ, OLIVEIRA e RODRIGUES, 2010). Tornou-se consenso entre os pesquisadores e pesquisadoras que discutem as questões raciais, na educação infantil e no ensino fundamental, o quanto os processos e práticas de discriminação têm produzido efeitos perversos para as crianças que se encontram nesses níveis de ensino. Todavia, poucas pesquisas têm buscado compreender como se manifestam esses processos a partir do ponto de vista das próprias crianças.

De acordo com Romão (2001), as crianças, negras e brancas, que lidam com situações de negação da sua identidade por consequência do racismo e da discriminação racial, vivenciada cotidianamente, têm sua interação e socialização comprometida; todavia, os prejuízos têm sido maiores para as crianças negras, posto que interferem na produção de suas identidades na valorização da autoestima destas crianças. Cavalleiro (2001, 2014) e Fazzi (2006) têm nos demonstrado os efeitos perversos que o preconceito e a discriminação racial impõem às crianças desde a educação infantil. Segundo Cavalleiro,

Sabemos que o autoconceito dos seres humanos vai se formar desde muito cedo, por meio de seu relacionamento com o mundo e com outras pessoas. As opiniões dirigidas a partir de uma perspectiva negativa serão uma forte contribuição para a formação de uma imagem distorcida de seu valor. Uma pessoa ignorada, maltratada, e “descuidada” pode perder o referencial de si mesma, reconhecendo seu fracasso. Pode também tornar-se altamente exigente para consigo mesma, não se permitindo falhar nem errar em qualquer situação (2001, p. 154-155).

Portanto, a aceitação da diferença como um exemplo da diversidade humana é um dos caminhos para a construção de um verdadeiro processo educativo. Estando coerente com essa realidade, a prática pedagógica dos profissionais da educação deve considerar que todos os que participam do processo educativo se diferenciam quanto às formas de aprender, às trajetórias de vida, à idade, à cultura, às crenças, à classe, à raça entre outros.

Resultados e Discussão

O trabalho intitulado “*Preconceito racial e discriminação no cotidiano escolar*”, de autoria de Maria Elena Viana Souza (2003), teve como objetivos:

Procurar identificar nas manifestações de alunos, estudantes de sexta-série de uma escola da rede pública municipal do Rio de Janeiro, com idades variando entre 11 e 18 anos, atitudes, palavras, preferências e reações que possam conter significados preconceituosos com relação às características raciais dos indivíduos. Para tanto, num primeiro momento, foram analisadas as respostas de tais alunos que, diante de fotos de indivíduos de raças diferentes, deveriam manifestar suas preferências estéticas, justificando a resposta. Num segundo momento, foram analisadas as respostas que esses mesmos alunos deram a duas perguntas feitas num questionário que lhes foi aplicado. A primeira pergunta dizia respeito

ao fato deles terem presenciado alguma discriminação e como havia sido. A segunda pergunta limitava tal discriminação ao espaço escolar (2003, p. 2).

O artigo intitulado *“Política educacional e construção de identidade no espaço escolar: crianças negras”* de Maria Valeria Barbosa Veríssimo (2004) com base teórica empírica, teve como objeto uma Unidade da Rede Estadual de Ensino e todas as séries do ensino fundamental, no intuito de buscar explicações para o processo de exclusão, do ponto de vista da aquisição de conhecimento, de crianças pobres e negras, demonstrando o quanto o currículo escolar é engessado, inflexível, valorizando apenas os conteúdos didáticos, e deixando de lado aspectos relevantes para a construção da identidade da criança negra como sujeito autônomo e social.

O trabalho intitulado *“Percepções de alunos e professores sobre a discriminação racial no livro didático”*, de Cândida Soares da Costa (2005), teve como objetivo evidenciar como professores e alunos percebem, no cotidiano escolar, os conteúdos de discriminação veiculados pelos livros de língua portuguesa, adotados no Ensino Fundamental, para alunos de 5ª a 8ª séries, mediante o Plano Nacional do Livro Didático – PNLD – 2002. No trabalho de Georgina Helena Lima Nunes (2006), intitulado *“Prática do fazer, prática do saber: Vivências e aprendizados com uma infância rural negra”*, a autora realiza uma etnografia cuidadosa e, através dessa, busca compreender distintos aspectos da vida dos sujeitos que colaboram com sua pesquisa, a exemplo dos sentidos do trabalho para as crianças, a importância que a escola desenha e o porquê das crianças desejarem a escola, mesmo diante da “dura” disciplina que esta impõe e deseja. Foram analisados, também, o *“Educação de crianças desvalidas na província de Pernambuco no século XIX”*, é de autoria de Adlene Silva Arantes (2008) e o artigo de Ione da Silva Jovino (2008), intitulado *“Entre o sentimento da infância e a invisibilidade das crianças negras: ambiguidade no século XIX”*, faz um estudo sobre imagens de crianças negras no século XIX, através de fontes iconográficas e o artigo *“O predomínio dos negros nas escolas de Minas Gerais no século XIX”*, texto de Marcos Vinícius Fonseca (2009).

Conclusão

A produção de pesquisas que abrangem a questão racial envolvendo crianças de até 6 anos, ainda se apresenta insuficiente pois, (SILVA, 2011) a preocupação nas discussões e debates relacionados ao racismo se concentra ainda no público jovem a partir de 6 e 10 anos de idade. Nas pesquisas aqui analisadas, vimos que a produção acadêmica do GT 21 da ANPED ainda continua pouco expressiva, diante do total de pesquisas que têm sido apresentadas e divulgadas no referido GT. Vimos que dos 78 trabalhos publicados no GT 21, entre 2003 e 2009, somente 9 trabalhos

fazem referência às relações raciais entre crianças da educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental. Todavia, esses trabalhos não privilegiam o ponto de vista das crianças em torno das relações étnicorraciais. Nesse sentido, há muito a ser feito e a sociologia da infância tem muito a contribuir com esse debate, tanto do ponto de vista teórico como metodológico. Como define Rita de Cassia Fazzi (2006) o ambiente escolar, por ser o lócus privilegiado de concentração de crianças, possibilita o desenvolvimento da questão racial entre elas. Nesse ambiente social, crianças testam, em suas relações, o conjunto de valores, atitudes, comportamentos, crenças e noções raciais aprendidos em outros lugares.

Referências bibliográficas

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana. de; RODRIGUES, Tatiane. C. A criança negra, uma criança negra. In: ABRAMOWICZ, A; GOMES, N. L. (Orgs.). **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL, **Parecer CNE/CP/003/2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2014

CAVALLEIRO, Eliane dos S. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

COSTA, Cândida Soares da. **Percepções de alunos e professores sobre a discriminação racial no livro didático**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, 2005.

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceitos**. Belo Horizonte: Autêntica. 2006.

FONSECA, Marcos Vinícius. **O predomínio dos negros nas escolas de Minas Gerais no século XIX**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: Ressignificando e politizando a raça. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012a. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>, acesso em 27 de maio de maio de 2016.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v.12, n.1. pp. 98-109, jan/abr 2012b. Disponível: <http://www.curriculosemfronteiras.org/articles.htm>; acesso: 20/05/2015.

GOMES, Nilma Lino. Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível. In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

JOVINO, Ione da Silva. **Entre o sentimento da infância e a invisibilidade das crianças negras: ambiguidade no século XIX**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. 2 ed. revisada. – Brasília: MEC/ SECAD- Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

NUNES, Georgina Helena Lima Nunes. **Prática do fazer, prática do saber: Vivências e aprendizados com uma infância rural negra**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, 2006.

ROMÃO, Jeruse. O educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: O que mudou? Como mudou?** Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. **REVEDUC- Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 161-187, 2015.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Estudos afro-brasileiros: africanidades e cidadania. In: ABRAMOWICZ, A; GOMES, N. L. (Orgs.). **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOUZA, Maria Elena Viana. **Preconceito racial e discriminação no cotidiano escolar**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, 2003.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: Uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

VERÍSSIMO, Maria Valeria Barbosa. **Política educacional e construção de identidade no espaço escolar: crianças negras**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, 2004.

VERÍSSIMO, Maria Valeria Barbosa. **Escola pública e o difícil diálogo com a inclusão**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, 2005.